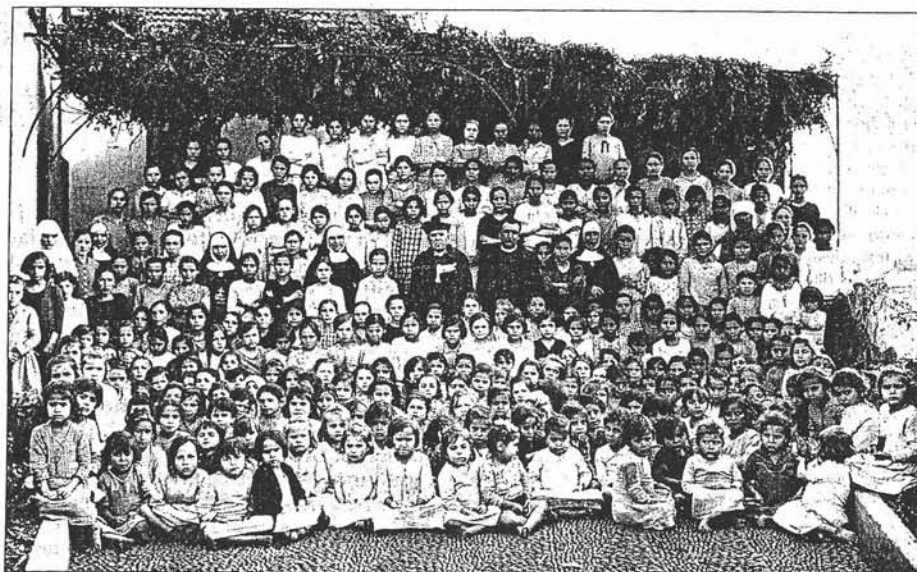


Caminhos e lugares do Concelho de Câmara de Lobos (42)

Colégio da Preservação

O Colégio da Preservação situava-se no sítio do Espírito Santo, na freguesia de Câmara de Lobos, e funcionava em instalações anexas à capela do Espírito Santo. Criado pelo Padre João Joaquim de Carvalho, para proteger as raparigas provenientes das classes mais desfavorecidas, principalmente da classe piscatória, este colégio haveria de desempenhar, no tempo em que com esse objectivo funcionou, um importante papel de âmbito social e educacional. Posteriormente, em consequência das alterações que ao longo do tempo se foram verificando quer na própria sociedade quer em termos de alternativas de assistência e protecção social, afastar-se-ia dos objectivos para que havia sido criado e transformar-se-ia, no actual exernato ou escola do Espírito Santo.

Vivendo a classe piscatória, num ambiente de miséria, grande promiscuidade e correndo as jovens grandes riscos morais ou ainda de serem utilizadas sexualmente a troco de pequenas contrapartidas materiais, o padre João Joaquim de Carvalho, através da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, de Câmara de Lobos, de que era presidente, toma, em 1923 (1,2), a iniciativa de criar uma escola de regeneração para estas jovens desprotegidas. Esta ideia, não só é bem aceite pela população, particularmente pelas bordadeiras que, por sugestão do padre Carvalho, se orga-



Alunas do colégio da Preservação, 1934

nizam em núcleos por cada sítio com a finalidade de trabalharem na angariação de fundos, como por parte dos membros da chamada sociedade de então (1,2). Do aparecimento da ideia à sua concretização foi um passo e logo surgiu quem se disponibilizasse a ceder, para o efeito duas salas da sua residência. Contudo, apesar desta oferta, protagonizada por D. Maria Eugénia Bianch Henriques (2), a escola haveria de ficar instalada na capela do Espírito Santo e casa anexa, de que era detentor, por portaria 3.393 de 29 de Novembro de 1922, a Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Câmara de Lobos (3,4).

A Congregação de N. S. das Vitórias

Logo após a sua fundação, este colégio foi entregue à responsabilidade da Congregação de Nossa Senhora das Vitórias, que aí se instalou no dia 13 de Outubro de 1923, com uma equipa constituída pelas irmãs Maria de São Gabriel Ferreira (superiora), Maria Otília da Silva, Maria Matilde Gonçalves e Maria da Natividade de Melim. A direcção do colégio ficou, contudo, sob a

supervisão directa do padre João Joaquim de Carvalho que, em 1931, se fez substituir pelo padre Abel Ferreira (5). Amparar moral e religiosamente as filhas dos pescadores, como ainda lhes ensinar costura e a ler, constituíam os mais importantes objectivos do colégio.

Os objectivos do colégio

A este propósito, o padre Joaquim de Carvalho recordava, em 1933, da seguinte forma, numa entrevista ao Jornal da Madeira a origem do colégio: *Os filhos dos pescadores, em geral, acom-*

panham os pais na rude e perigosa faina da pesca, mas as filhas... essas coitadas com a decadência da industria dos bordados começavam a entregar-se à mendicidade, indo até ao Funchal, na emergência de grandes perigos morais. [...] Embora haja muito boa gente que dê esmola com espírito de caridade, há outros que a dão com intuítos miseráveis. Eis a origem do colégio da Preservação cujo fim [...] é amparar moral e religiosamente as rapariguinhas desde os 7 aos 18 anos, chegando-se mesmo a lhes dar de comer para assim se evitar que elas

vão pedir esmolas, pelo que como já dissemos correm grandes perigos morais (6).

Da mesma forma, os estatutos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis na sua reformulação de 24 de Março de 1933, no seu artigo 4º, focam os objectivos do colégio da Preservação da seguinte forma: *... esta assistência atenderá com a máxima compaixão às crianças pobres reunidas em uma casa já concedida a esta Ordem Terceira [...] que servirá de recolhimento diurno de preservação e assistência a crianças pobres, do sexo feminino, da classe piscatória e de outras classes indigentes, às quais deverão ministrarse alguns socorros em alimentos e roupas e ensino de trabalhos domésticos que lhes permita viver no futuro honestamente (5).*

A escola da Preservação era assim o oásis em cuja sombra se acolhiam, durante o dia, as raparigas pobres da vila e, onde, livres do contacto com más companhias e maus costumes, estudavam e trabalhavam em obras diversas como bordados, costura e meias. À noite regressavam a casa de seus pais, a maior parte deles pescadores e onde de uma forma ou de outra acu-

bavam por lhes transmitir a educação e os exemplos que recebiam nesta instituição (7).

As dificuldades do colégio

No entanto, muitas dificuldades foram necessárias ultrapassar para manter esta instituição a funcionar, particularmente até 1933, altura em que, a par dos donativos provenientes da Ordem Terceira de São Francisco e de ocasionais benfeitores, ela passa a beneficiar de um apreciável apoio por parte das entidades oficiais: Governo Civil, Assistência Distrital, Câmara Municipal de Câmara de Lobos, Assistência Nacional *Dia Madeirense* e principalmente a Junta Geral do Funchal. Durante esta primeira fase da vida do colégio da Preservação as irmãs passaram por grandes privações e viram-se muitas vezes obrigadas, após um dia de árdua dedicação às crianças, a trabalharem pela noite dentro com o fim de angariarem meios para poderem manter a instituição, chegando algumas, inclusive a superiora a verem afectada a sua saúde (5). Subscrições públicas efectuadas principalmente no Funchal, realização de festas de caridade (bazares, festas da flor), donativos provenientes de benfeitores e dinheiros provenientes do trabalho de alguns núcleos de bordadeiras da freguesia constituíam, nesta altura, a principal fonte de receita desta instituição, que nos três primeiros anos era conhecida por Colégio da Regeneração (8).

A introdução de uma sopa

No dia 22 de Junho de 1933 é introduzida uma sopa regular, dada duas a três vezes por semana, facto que, veio criar um incentivo à frequência da instituição, por parte das filhas dos pescadores, passando de 160 sopas por dia, no início, para 250 ou mais um ano

Portaria n.º 3:393

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça e dos Cultos, que, nos termos do artigo 5.º do decreto n.º 8:858, de 22 de Fevereiro de 1918, com referência ao artigo 89.º da lei de 20 de Abril de 1911, e de conformidade com as portarias n.ºs 1:244, de 4 de Março de 1918, e 3:012, de 18 de Fevereiro de 1922, seja cedida a título precário e gratuito, para o exercício do culto público, católico, a Congregação da Ordem Terceira do S. Francisco de Assis, da freguesia de Câmara de Lobos, concelho da mesma denominação, distrito do Funchal, a capela do Espírito Santo, da referida freguesia, construída pelo descobridor da Ilha da Madeira, João Gonçalves Zarco, em 1490.

A entrada da capela, agora cedida, será feita pela Junta da Freguesia de Câmara de Lobos, com intervenção da autoridade administrativa, mediante inventário em triplicado, acompanhado de termo de responsabilidade, em que se mencionará a quantia que a Congregação da Ordem Terceira de S. Francisco de Assis se obriga a inscrever no seu orçamento anual para ocorrer às despesas com a guarda, conservação e seguro, em nome do Estado, do edifício agora cedido, observando-se o disposto nos artigos 107.º e 108.º da citada lei de 20 de Abril de 1911.

Faço do Governo da República, 29 de Novembro de 1922.—O Ministro da Justiça e dos Cultos, João Cataño de Menezes.

Portaria 3:393. Diário do Governo, 30/11/1922



Irmãs de N. S. das Vitórias com presidente da CMCL, anos 40/50



A sopa prestes a ser distribuída

depois, período ao longo do qual foram servidas 26.274 sopas e a que correspondeu um custo de 14.248\$25 (9). Por outro lado, o acesso a esta refeição veio, também, colmatar algumas carências alimentares de muitas crianças, cujo estado de fraqueza era tão grande que não as deixava trabalhar, chegando mesmo a desmaiar.

A educação musical era também um aspecto não descurado pelas irmãs de Nossa Senhora das Vitórias, chegando o colégio a possuir uma *Schola Cantorum* (9,10).

Em Julho de 1934, a Câmara resolveu construir um fontenário à porta do Colégio da Preservação para utilidade pública, o que para além de servir o público veio facilitar o colégio, uma vez que este, não possuindo água canalizada, se via em dificuldades por causa da sopa (9).

Em Abril de 1946, a Câmara Municipal de Câmara de Lobos manda adaptar um salão situado nas proximidades da capela do Espírito Santo, para aí instalar uma escola de ensino primário, cuja direcção entrega às irmãs de Nossa Senhora das Vitórias, tendo as aulas início a 28 desse mesmo mês (11).

A exiguidade das instalações

Em 1952 a casa de residência das sete religiosas que, na altura, viviam no colégio da Preservação e constituíam assim o quadro docente, possuía unicamente dois quartos de dormir e uma minúscula e escura sala de jantar, espaço naturalmente exíguo e que de certo modo reflecte, as inúmeras carências porque ao

longo dos tempos passaram as Irmãs de Nossa Senhora das Vitórias nesta sua obra de assistência em Câmara de Lobos

Com o apoio proveniente não só das entidades oficiais como de outros benfeitores, foi não só possível assegurar a continuidade da sopa ministrada às crianças, como realizar importantes melhoramentos na capela e casa anexa, onde funcionava o colégio, particularmente a partir de 1980, altura em que foram as suas instalações substancialmente ampliadas.

Ao longo dos anos muitas foram as jovens a quem foi dada oportunidade de terem uma adequada formação moral e religiosa. Até 1952, pelo menos 12 jovens já haviam enveredado pela vida religiosa, passando a serem membros da Congregação de Nossa Senhora das Vitórias e entre 1933 e 1951 haviam-se matriculado no colégio cerca de 4.000 crianças (5).

Em 1952, de acordo com o Jornal da Madeira de 27 de Julho o colégio possuía 150 alunas externas que aprendiam o 1º e 2º grau, religião e trabalhos manuais e domésticos.

O fim do colégio da Preservação

No entanto, por circunstâncias várias, a que provavelmente não será alheia uma alteração progressiva das condições de vida dos pescadores e dos meios e metas que, em termos de educação, estavam ao seu alcance ao tempo da sua criação, o colégio acabaria depois, por se afastar gradualmente, sem termos precisar quando,

dos objectivos para que foi fundado, para se transformar, exclusivamente, num estabelecimento de ensino primário particular.

Desta forma, através do alvará nº 1218 de 12 de Agosto de 1952, é concedido à Congregação das Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, autorização para funcionamento de uma escola primária para o sexo feminino, denominada de Escola da Preservação.

A escola do Espírito Santo

Com esta denominação permaneceu este estabelecimento de ensino até 1981, altura em que, por Despacho de 13 de Outubro do Secretário Regional da Educação e Cultura, passa a chamar-se de Escola do Espírito Santo. Em 22 de Maio de 1984 é autorizado o funcionamento da escola em regime de coeducação, ou seja misto e mais recentemente, seria colocado em funcionamento um sector de educação infantil.

A par da actividade escolar os membros da Congregação das Fran-

ciscanas de Nossa Senhora das Vitórias presentes na escola, colaboram activamente na formação cristã das crianças da paróquia onde o estabelecimento de ensino está situado.

O padre João Joaquim de Carvalho

O Pe. João Joaquim de Carvalho era natural da freguesia da Sé onde nasceu a 14 de Abril de 1865, tendo falecido no Funchal a 15 de Dezembro de 1942. Era filho de Manuel José de Carvalho e de Maria Antónia Leça de Carvalho.

Tendo seguido a carreira eclesiástica ordenou-se presbítero a 13 de Julho de 1889. Da sua actividade como padre haverá a destacar as nomeações em 1 de Janeiro de 1889 para Capelão da Sé; a 9 de Junho de 1890 para encarregado da paróquia de São Roque do Faial; a 1 de Outubro de 1890 para capelão da Sé Catedral, a 18 de Maio de 1895 para mestre de cerimónias da Sé Catedral; a 1 de Março de 1896 para cura de Câmara de Lobos; a 15 de Abril de

1898 para vice-vigário de Câmara de Lobos; a 4 de Julho de 1900 para vice-vigário da Ponta do Sol e a 10 de Janeiro de 1901 para vigário de Câmara de Lobos.

A 28 de Outubro de 1918 é nomeado Arcipreste do Distrito Eclesiástico do Funchal; a 24 de Dezembro de 1920 é nomeado juiz *pro-synodal* e a 24 de Outubro de 1936 é nomeado Cônego da Sé Catedral.

Para além da sua actividade como pároco, o padre João Joaquim de Carvalho encontra-se ligado a um importante movimento de apoio social e educativo, preocupando-se imenso com a miséria tanto económica como social que grassava, no seu tempo, em Câmara de Lobos, principalmente no seio da classe piscatória. Dele foi a iniciativa da criação do colégio da Preservação, destinado a receber durante o dia as filhas dos pescadores, dando-lhes uma sopa e ministrando-lhes ensinamentos, ao mesmo tempo que as protegia da mendicidade e prostituição.

Em finais dos anos 20 principios dos anos 30 assume a iniciativa de criar uma escola no ilhéu. De acordo com o Diário da Madeira de 7 de Setembro de 1930, pensava-se criar uma escola no ilhéu sobre um terreno oferecido por Francisco Firmino Henriques e que serviria para a educação religiosa da classe piscatória de ambos os sexos. De acordo com o Jornal, de 2 de Agosto de 1930, promovida pelo padre João Joaquim de Carvalho realizar-se-ia, por essa altura, na paróquia de Câmara de Lobos uma festa da flor com a finalidade de angariar

donativos para a construção de uma escola no ilhéu, que no entanto, supomos nunca ter sido construída.

Na epidemia de cólera de 1910, teve também o padre João Joaquim de Carvalho, um grande papel, colaborando com as autoridades, no sentido de fazer compreender à população a necessidade do cumprimento das medidas impostas e necessárias ao seu combate.

Para além da sua acção eclesiástica e social, o padre João Joaquim de Carvalho foi também presidente da Câmara Municipal de Câmara de Lobos, tendo estado à frente dos destinos da autarquia entre 2 de Janeiro de 1905 a 9 de Dezembro de 1908.

De todos os padres que, no decurso deste século, passaram por Câmara de Lobos, o padre João Joaquim de Carvalho terá sido a figura mais importante e aquela que a nível social mais se terá preocupado com as carências da população, em particular da classe piscatória. ■

Manuel Pedro Freitas

NOTAS:

- (1) Diário da Madeira, 11 de Abril de 1923.
- (2) Diário da Madeira, 19 de Abril de 1923.
- (3) Diário do Governo, I série, nº. 248, de 30 de Novembro de 1922.
- (4) O Jornal, 1 de Setembro de 1934.
- (5) Jornal da Madeira, 27 de Julho de 1952.
- (6) O Jornal, 8 de Agosto de 1933.
- (7) O Jornal, 18 de Junho de 1927.
- (8) O Jornal, 8 de Janeiro de 1924.
- (9) O Jornal, 7 de Julho de 1934.
- (10) O Jornal, 1 de Setembro de 1934.
- (11) Diário de Notícias, 15 de Abril de 1946.



Pe. João Joaquim de Carvalho